
SINTAXE E PONTUAÇÃO: GRAMÁTICA OU ESTILO?¹

Ângela Maria Liberalquino FERREIRA²

RESUMO: O estudo da sintaxe associado ao da pontuação parece um dos caminhos para o desenvolvimento da habilidade da escrita, bem como para a compreensão de algumas diferenças entre *escrever certo* e *escrever bem*. Considerando-se que a Gramática Prescritiva orienta o dialeto padrão e que a escola acata seus preceitos, direcionando-os para a escrita, tentar-se-á, neste artigo, conceber a linguagem não apenas como instrumento de comunicação ou veículo de transmissão de cultura, mas também de expressão dos estados d'alma de quem escreve e de seus objetivos. Assim, serão selecionados os assuntos sintaxe e pontuação, através de uma análise das regras do uso da vírgula no interior de uma oração afirmativa à luz da Gramática Prescritiva e da Estilística, como ponto de partida para discussões mais amplas que privilegiem o caráter dialético da linguagem.

UNITERMOS: Sintaxe; pontuação; gramática; estilo.

O estudo da sintaxe há muito se tem constituído um grande problema na vida do aluno, sobretudo por ele não compreender para que lhe serve identificar os termos que constituem uma oração, por que precisa distinguir as diversas orações de um período complexo, enfim, por que tem que aprender análise sintática.

Grande parte dos professores de português, defendendo a necessidade do estudo da sintaxe como um conhecimento indispensável ao cumprimento de etapas escolares e, conseqüentemente, à ascensão social, acaba não dando a esse conteúdo gramatical o seu real valor para a aquisição de outros conhecimentos que podem contribuir, e muito, para uma boa produção escrita.

No momento em que os alunos precisam redigir, ainda que dominem análise sintática, sentem-se, na maior parte das vezes, amedrontados. Uma

¹Texto apresentado como trabalho de aproveitamento da disciplina *Sintaxe* ministrada pela Prof^a. Wany Sampaio em maio/99 no Curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa – UNIR – Campus de Ji-Paraná.

² Prof^a da UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia. 78.960-000. Ji-Paraná – RO.

coisa é analisar o que já está escrito; outra, desenvolver uma idéia com um bom nível lingüístico e incitar o leitor a compartilhar com o seu pensamento.

Em decorrência disso, esses profissionais se deparam, constantemente, com textos os mais diversos: a maioria, com um nível lingüístico aquém de suas expectativas e, além do mais, pobres de idéias; outros gramaticalmente corretos, mas com estruturas sintáticas tão lineares e com idéias já tão desgastadas, que refletem o tipo de ensino que vem sendo adotado nas escolas: isento de criatividade; alguns muito esmerados no vocabulário e repletos de idéias que, infelizmente, se perdem no labirinto de construções sintáticas que não levam a lugar algum; e uns poucos, não tão ricos no léxico nem tão obedientes ao dialeto padrão, mas capazes de convencer, impressionar, comover, enfim, causar grandes efeitos psicológicos no leitor.

Destarte, torna-se evidente que muitos alunos não se sentem motivados a escrever, limitando-se tão-somente a cumprirem uma tarefa; outros, desejosos de mostrar que escrevem bem, escrevem “certo”, preocupando-se exclusivamente com o aspecto gramatical; uns, no afã de causar boas impressões, primam por um vocabulário raro, invertem a ordem lógica dos enunciados, vão intercalando orações e mais orações até que consigam aquele emaranhado de idéias que nunca se completam; e outros que, mesmo não dispoendo de muitos conhecimentos gramaticais, são ousados: tentam derrubar as barreiras daquilo que os professores exigem e optam pela forma criativa, colorida e viva de se expressar. E se o fazem, na maior parte das vezes, é intuitivamente, posto que são susceptíveis aos efeitos psicológicos que a linguagem provoca, mesmo não tendo sido orientados nesse sentido. Se os professores, entretanto, não refletirem sobre a importância de valorizarem a criatividade de tais alunos, oferecendo-lhes subsídios que venham realçar ainda mais suas idéias, acabam inibindo-os com o excesso de recomendações gramaticais que não se adequam a todas as situações.

Devido à má interpretação de que escrever “certo” é escrever *bem*, muitos lingüistas têm insistido em que os professores dêem mais valor ao desenvolvimento da linguagem do que à inculcação desenfreada das regras gramaticais.

Pensando nesse tipo de ensino reducionista, sobretudo no que concerne ao estudo da sintaxe como um conteúdo estanque, isto é, desvinculado de outros conhecimentos e da realidade lingüística, social e psicológica do aluno, foi que surgiu a idéia de interpretar as regras do

uso da vírgula no interior de uma oração afirmativa, como sendo um ponto de partida para discussões mais abrangentes.

Assim sendo, neste artigo, tentar-se-á mostrar algumas diferenças entre a *fala* e a *escrita*, responder à pergunta *para que serve estudar sintaxe?*, provocar uma reflexão sobre os objetivos da Gramática Prescritiva e, finalmente, interpretar as regras do uso da vírgula no interior de uma oração afirmativa à luz da Gramática Prescritiva e da Estilística.

A língua falada e a língua escrita: algumas diferenças

A linguagem humana pode concretizar-se por meio da fala e da escrita. Enquanto a *fala* é a codificação do pensamento através de sons vocais e está inter-relacionada - no processo de comunicação - ao ato de ouvir, a *escrita* é a codificação do pensamento através de sinais gráficos e está inter-relacionada - no processo de comunicação - ao ato de ler.

Dentre as incontáveis diferenças existentes entre a linguagem falada e a escrita, apontar-se-ão algumas que pareceram relevantes para a contextualização dos objetivos deste trabalho. Assim sendo, vejam-se algumas: deve-se estar consciente de que o falante, numa situação concreta de comunicação, dispõe de muitos recursos que o auxiliam na transmissão e compreensão de suas mensagens, como os gestos, a entonação, a expressão facial, o ambiente, o contato direto com o seu interlocutor, entre outros. Na escrita, porém, o esforço intelectual de quem escreve é imenso, visto que ele precisa saber organizar bem as idéias, dispor dos componentes cultural e gramatical e ser hábil o suficiente para compensar certas lacunas da escrita em relação à fala, haja vista que a primeira não conta com aqueles elementos que são próprios segunda. Além disso, as condições espaço-temporais, geralmente, não são as mesmas entre destinador e destinatário, a não ser em casos muitos especiais: quando se escreve diante do leitor.

Se, na fala, a mensagem nem sempre requer muito esclarecimento, já que o contexto se encarrega de dar a ela o sentido que o falante deseja, na escrita, aquele que se dirige a alguém precisa lançar mão de todos os seus conhecimentos lingüísticos, psicolingüísticos, sociolingüísticos, estilísticos

e de todos os demais que lhe parecerem convenientes, a fim de que possa atingir seus objetivos comunicativos e/ou expressivos.

Além dessas diferenças, existem aquelas próprias da língua: as variedades. Na fala, há uma maior liberdade, visto que cada falante se expressa no seu idioleto, de forma que se comunique bem com o ouvinte, levando em conta alguns fatores situacionais - o grau de intimidade, o tema do diálogo, o estado emocional e outras questões pertinentes. A adequação da linguagem à situação ocorre de forma natural, salvos os casos de pessoas que queiram exhibir-se em circunstâncias inadequadas e, ironicamente, acabem sendo ridicularizadas pela dispensável eloquência. A escrita, em contrapartida, exige certa uniformidade. Não se pode escrever de qualquer jeito. Há leis a serem seguidas e que são nacionalmente convencionadas para que se evitem os abusos que possam levar a língua a perder a regularidade necessária à inteligibilidade das mensagens. Assim, quem escreve precisa estar atento à escolha do léxico, à ortografia, à acentuação gráfica, à pontuação, às construções sintáticas, à regência, à concordância, à coerência, à coesão e a vários outros pontos relevantes.

No que concerne ao processo de elaboração das mensagens, na fala, a língua se concretiza tão espontaneamente, que não há tempo para uma reelaboração do pensamento, a não ser que o ouvinte apresente problemas de entendimento e o emissor apele para as paráfrases. Na escrita, porém, deve-se pensar mais, planejar o que se vai escrever. A vantagem da escrita em relação à fala, neste contexto, reside no fato de que quem escreve tem a possibilidade de reelaborar suas mensagens quantas vezes forem necessárias para que possa comunicar-se ou expressar-se eficientemente. E, para que o emissor consiga realçar o seu pensamento e facilitar a comunicação, ou causar certas impressões no receptor, lança mão de um recurso aplicável tão-somente na escrita: os sinais de pontuação, traços supra-segmentais, indispensáveis à produção de bons textos, porque deles dependem a entonação e a clareza dos enunciados. E esses sinais, quando bem utilizados em conexão com os conhecimentos da sintaxe, produzem grandes efeitos, uma vez que podem alterar sentidos, auxiliar em torneios sintáticos, dar ênfase a uma certa idéia, enfim, enriquecer a forma das mensagens, concedendo à linguagem valores diversos: intelectivos, expressivos e estéticos.

Assim sendo, embora se tenha consciência de que a fala surgiu antes e que é mais rica e mais viva que a escrita, esta última goza de maior

prestígio nas sociedades letradas. Em vista dessa supervalorização da escrita pela sociedade, declara Saussure (1991, p. 34): “É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto.”

A despeito de não ser uma representação muito fiel da fala, a concepção da sociedade em relação à escrita é bastante preconceituosa, o que muito contribui para a estratificação social, visto que o poder conferido a essa modalidade lingüística não se limita à sua possibilidade de registrar informações, guardar segredos e transmitir cultura. Seu poder está – lamentavelmente – mais além: no fato de ser pouco acessível a certos grupos sociais que, de preferência, devem permanecer onde sempre estiveram. E a escola tem sido muito eficiente em minimizar o acesso a esse poderoso capital lingüístico. Assim, aqueles que não dispuserem desse capital, terão menos chances de ascender intelectual, social e culturalmente. Para se ter um bom exemplo de como age a escola diante da escrita, basta observar o modo como são enfatizadas as regras gramaticais e como são exigidas dos alunos, sem ao menos se dar a eles o direito de escolha. E, mostrando apenas um caminho, surge a grande muralha contra o desenvolvimento lingüístico e cognitivo, porque muitos perdem a motivação para a leitura e a produção escrita. Os professores de português, em sua maioria, empenham-se em que o aluno internalize todos os preceitos que julgam necessários ao “escrever bem”, na certeza de que tal procedimento limita-se ao uso da variedade de maior prestígio. Mas, dificilmente esclarecem que é devido à contribuição do povo, dos poetas e dos escritores que a língua evolui.

Em contrapartida, os poetas e escritores vão trilhando seus caminhos que nem sempre são os mesmos traçados pela Gramática Normativa. Muitos preferem seguir a intuição e a sensibilidade a sufocar a expressividade da língua. Para explicar esse comportamento “rebelde” dos poetas, Murry (ap. Monteiro, 1987, p.21) esclarece que “o escritor está perpetuamente procurando forçar a linguagem a carregar mais do que pode conduzir, incessantemente exercendo uma espécie de delicada violência sobre a linguagem”. Isto, porém, se deve ao impulso, ao desejo de encontrar uma forma precisa para expressar o seu conteúdo.

O professor, ao ignorar esse comportamento lingüístico dos escritores e poetas e preocupado apenas com conceitos e regras gramaticais, contribui significativamente para que seus alunos vejam o estudo da língua

apenas como memorização de regras gramaticais, sem que entendam como funciona a linguagem em situações comunicativas e/ou expressivas diferentes. A sintaxe, sem dúvida, é um dos conteúdos prediletos de todos os professores. E os alunos passam por várias etapas escolares só analisando orações e períodos, como se este assunto pudesse completar-se em si mesmo, não necessitando de outros conhecimentos para que seu valor se amplie. E, sendo estudada de forma tão técnica e tão fechada, passa a ser encarada pelos alunos como informação útil somente enquanto matéria a ser aprendida para uma prova, mas que deve ser esquecida logo após a avaliação, seja escolar, de concurso, ou outras. Sob qualquer outro ponto de vista, inútil.

Para que serve estudar sintaxe?

Sempre que um professor vai ensinar sintaxe, é comum os alunos lhe dirigirem esta pergunta: “*Para que serve estudar sintaxe?*” O professor nem sempre tem uma resposta pronta para tal questionamento. E, muitas vezes, para livrar-se do embaraço, lança algumas como estas: “*Faz parte do programa*”; “*Porque vocês precisam saber o que é sujeito, o que é predicado...*”; “*Porque sem a sintaxe vocês não aprendem a escrever bem*”, entre outras equivalentes. Não há dúvida de que tais respostas, embora limitadas, procedam. Mas é necessário ir mais longe. Um ensino de sintaxe que vise quase que exclusivamente a essas finalidades, sem que se diga para que serve em outros níveis lingüísticos e nas situações comunicativas e/ou expressivas e estéticas, parece bastante reducionista.

Mas, o que é sintaxe? Para Borba (1991, p.181), “a sintaxe se preocupa com as relações que as unidades contraem no enunciado”. Parte, portanto, da combinação de formas livres, que segue dois princípios fundamentais: a sucessão e a linearidade, uma vez que as unidades se sucedem numa linha temporal. Com tal definição, pode-se entender que se alguém encontra seu cachorro com fome, manifesta lingüisticamente este fato através de uma sucessão linear de unidades (formas livres): meu + cachorro + está + com + fome.

Se a sintaxe cuida da organização das formas livres na frase, percebe-se que estas não podem ser ajuntadas aleatoriamente. Elas seguem uma hierarquia e obedecem a determinados modelos existentes na língua: as estruturas.

Desta forma, cada palavra, ainda que pertença a uma determinada classe dentro do estudo morfológico, chegando ao nível sintático, adquire outros valores que somente o estudo de suas relações, nos eixos sintagmático e paradigmático da linguagem, pode oferecer. O estudo do componente sintático auxilia o aluno a desenvolver o pensamento lógico. Sem que saiba analisar sintaticamente, torna-se difícil compreender concordância, regência, colocação e outros assuntos afins, conhecimentos que subsidiam a linguagem num nível mais cuidado. Além disso, o estudo dos segmentos de um enunciado possibilita o uso adequado da pontuação.

Para escrever bem, entretanto, não é suficiente identificar todos os segmentos de um enunciado e nem memorizar apenas todas as regras de pontuação. É mister dar vida ao que se escreve. A propósito, Lapa defende que a língua é muito rica em meios expressivos e que se deve saber empregá-los todos a seu tempo, para se dar variedade ao que se escreve, argumentando que os puristas têm a ruim tendência para considerarem uma só forma correta. E adverte as pessoas de que estar consciente do contrário já é um bom começo para que cheguem a escrever bem. Explicita, ainda, que “ a Estilística, preconizando a liberdade criadora, está muitas vezes em conflito com as regras da Gramática, que se apóia nos ditames da dura tradição empedernida”. (1991, p.128)

Câmara Jr. (1977, p.13), defendendo também as riquezas que a língua oferece e explicando como se dá a exteriorização do estado d’alma, afirma:

“A língua nos fornece as formas para estabelecer [...] e dar a conhecer na comunicação social [...] as nossas representações de um mundo objetivo e de um mundo interior. Mas ajunta-se-lhe espontaneamente a exteriorização do estado d’alma em que tais representações nos lançam, e o impulso de fazer o próximo partilhá-lo conosco.”

Infere-se, assim, que se a língua coloca à disposição de seus usuários tudo aquilo de que eles precisam, por que, então, não valorizar um pouco a subjetividade para buscar as formas lingüísticas que se ajustem aos objetivos que pretendem atingir? Se a escolha de tais formas passa por todos os níveis lingüísticos – fonológico, morfológico, lexical, sintático e semântico - por que também a vírgula não poderá depender, em parte, da vontade e da sensibilidade de quem escreve? Se, na construção de um texto escrito, a sintaxe e a semântica cuidam simultaneamente da

forma e do sentido, pode-se dizer que a pontuação se responsabiliza pelo acabamento, porque interfere nos dois níveis lingüísticos.

As Gramáticas Normativas oferecem, segundo Possenti & Ilari (1987, p.12), “um conjunto de regras a serem seguidas para que se possa falar e escrever corretamente”. Advertem, porém, que, por estas se ocuparem da variedade padrão e pelo fato de serem usadas na escola, deveriam levar os alunos ao domínio dessa mesma variedade.

Não se pretende aqui questionar a (in-)eficiência dessas gramáticas, mas tentar compreender os seus objetivos no ensino da língua e o comportamento dos professores em relação a elas no ponto que constitui o objeto deste estudo: o uso da vírgula no interior de uma oração afirmativa, partindo da compreensão desta, já que algumas das funções da vírgula marcam o deslocamento de certos termos na sentença.

A Gramática Prescritiva, ao tratar da sintaxe, preocupa-se em definir frase, oração e período. Assim, “oração é a frase verbal, isto é, a frase formada ao redor de um verbo.” (Cadore, 1998, p.305). Logo, esta pode ser uma frase (se contiver um verbo) e é também um período simples. Nessa gramática, a oração é subdividida em unidades menores da seguinte forma: numa primeira segmentação, encontram-se os termos essenciais: sujeito e predicado; numa segunda, os termos integrantes: complementos nominais, complementos verbais e agente da passiva (este último, quando o verbo da oração estiver na voz passiva); numa terceira, os termos acessórios: adjuntos adnominais, adjuntos adverbiais e aposto. E, à parte, o vocativo, termo isolado da oração. Através da segmentação da sentença em seus constituintes, pode-se entender que estes se superpõem uns aos outros e dessa hierarquia é que se podem depreender os diversos modelos de sentenças existentes na língua. A utilização da vírgula vai depender da disposição dos termos na oração. A abordagem a ser feita contemplará, portanto, as regras de uso da vírgula no interior das sentenças afirmativas que dispuserem do componente semântico e de todos os termos oracionais necessários à análise, inclusive, o vocativo. Assim, as orações devem ser *gramaticais e aceitáveis*.

A vírgula no interior de oração afirmativa

Antes de se adentrar as regras do uso da vírgula, é importante lembrar o que diz a Gramática Prescritiva sobre as funções deste sinal de pontuação. Segundo André (1991, p.29), “A vírgula serve para mostrar ao

leitor as separações breves de sentido entre termos vizinhos, as inversões e as intercalações, quer na oração, quer no período. Geralmente, a vírgula é interpretada, na leitura, por breve pausa.”

Em português, a ordem direta dos termos na oração é a seguinte: sujeito - verbo - complemento verbal - adjunto adverbial. Estando nesta seqüência, diz-se que a oração encontra-se na *ordem lógica*, conforme exemplo: *Alguns alunos estudaram o assunto da prova com afinco*. Nestas circunstâncias, a vírgula é dispensável, mas será exigida quando houver o deslocamento de algum termo. Alterando-se a ordem dos termos da sentença dada, obtém-se outra estrutura: *Com afinco, alguns alunos estudaram o assunto da prova*. Neste exemplo, houve o deslocamento do *adjunto adverbial*, razão pela qual a vírgula apareceu. Cada vez que esse termo muda de posição, obtém-se uma nova estrutura, conforme exemplos: 1ª. estrutura: “Alguns alunos estudaram a matéria da prova *com afinco*”; 2ª. estrutura: “Alguns alunos, *com afinco*, estudaram a matéria da prova.” 3ª. estrutura: “*Com afinco*, alguns alunos estudaram a matéria da prova.” Observando-se estes modelos de sentença, infere-se que o *adjunto adverbial* é um termo deslocável, uma vez que pode ocupar, na oração, a posição final, a intercalada e a inicial. Tais alterações, porém, requerem um conhecimento de sintaxe. Assim, quem consegue mudar os torneios sintáticos demonstra um nível lingüístico mais apurado. A transformação de estruturas sintáticas, por sua vez, implica o domínio de pontuação.

Conforme os exemplos acima, a vírgula é obrigatória para marcar o adjunto adverbial deslocado (anteposto ou intercalado), mas será facultativa se o termo em questão vier representado apenas por um advérbio.

Nestes versos, “*Agora* Manuel Bandeira é pura / poesia, *profundamente*.”(Andrade 1973, p.91), o poeta colocou o adjunto adverbial de modo no final da oração, isto é, no lugar previsto pela ordem lógica. No entanto, usou uma vírgula, contrariando a norma. E por quê? Simplesmente para enfatizar como o poeta – Manuel Bandeira - se transformou em poesia, uma poesia mais profunda, mais sentida na arte de quem se torna imortal. A ausência do poeta dá à sua poesia uma pureza maior. O uso “indevido” da vírgula alterou o valor do adjunto adverbial (antes, apenas de modo); com a presença da vírgula, porém, o termo *profundamente* recebeu maior intensidade sentimental e estética. No primeiro verso, entretanto, o poeta lançou mão de um adjunto adverbial de tempo – “*Agora*” -, sem

agredir a orientação gramatical, que preconiza a liberdade no uso da vírgula, caso o adjunto adverbial venha representado apenas por um advérbio.

Outro exemplo é apresentado por Lapa (1991, p. 177): “*O magistrado pagou o chá, nobremente.*” Pode-se notar que, ao fazer essa pausa com a inserção da vírgula antes do adjunto adverbial, o autor realçou o modo nobre, elegante, bem educado com que o magistrado pagou o chá, intensificando o valor de um comportamento que causa admiração a quem o observa.

Um outro caso de *desvio* se encontra neste fragmento extraído de *A Cinza das Horas*: “(...) A lua, ardente e terna, / Verte na solidão sombria / a sua imensa, a sua eterna / Melancolia.” (Bandeira, 1987, p. 15). Observe-se que o termo destacado é um adjunto adverbial e está intercalado, mas não se encontra marcado por vírgulas. Trata-se de uma desobediência à norma em benefício de um efeito estilístico. A omissão da vírgula aí, não destacando o termo intercalado, deu maior força expressiva ao que a lua verte, ou seja, “... a sua imensa, a sua eterna Melancolia.” Note-se que o poeta usou a vírgula entre adjuntos adnominais que constituem gradação – “a sua imensa, a sua eterna...” - criando um certo mistério que é desvelado a partir do segundo bloco de adjuntos adnominais juntamente com o núcleo do objeto direto: “a sua eterna /Melancolia”. Percebe-se, inclusive, uma queda na entonação com o vocábulo melancolia em outro verso, acentuando intencionalmente a carga emotiva que a palavra evoca, sobretudo pela presença daquela vírgula.

Tratando do apostro, a gramática orienta o uso da vírgula para isolá-lo, quando estiver intercalado na oração. Dificilmente se vê um escritor ou poeta desrespeitar este preceito. Quintana (1962, p.112), em seu *Poema de Circunstância*, confirma essa obediência à norma: “Os verdadeiros monstros, *os Papões*, são eles, *os arranha-céus!*” Neste fragmento, o poeta recorreu a dois apostos, tamanho era o seu desejo de protestar contra os arranha-céus, produto do progresso. O uso das vírgulas, isolando os termos “*os Papões*” e “*os arranha-céus*”, além de chamar mais atenção do leitor, imprimiu em tais unidades maior energia expressiva e valor sentimental, sem que o poeta se desviasse da norma.

Em *Serões da Província*, de Júlio Dinis, na novela *O espólio do senhor*, aparece um bom exemplo: “Eu *Bento maria do portal*, regidor

de esta freguesia atesto im como, maquilina, rosa, martins, solteira, de esta Cidade...” (...) (ap. Lapa, 1991, p. 51), Esta passagem, porém, se opõe aos ditames gramaticais, uma vez que o autor não utilizou vírgula para isolar os apostos intercalados. Nota-se, com isto, que o autor se preocupou em retratar a escrita de um homem pouco instruído. Por isto, dispensou a vírgula onde deveria aparecer, utilizando-a onde não caberia: entre prenome e sobrenome. Além desses *deslizes*, o fragmento apresenta outras características lingüísticas de um desconhecedor da norma, como o uso de minúsculas no início de nomes próprios e outras falhas ortográficas que não entrarão em discussão neste estudo. Tudo isso, porém, confere a Júlio Dinis um bom conhecimento estilístico, uma vez que ele conseguiu expressar uma realidade: a escrita de um indivíduo de baixo grau de escolaridade e também de idade avançada.

Para o vocativo, termo deslocado da oração, a gramática preconiza que este venha isolado da sentença por um sinal de pontuação (vírgula ou ponto de exclamação). E, sendo tal termo deslocável, pode vir anteposto ou posposto à oração e, ainda, nela intercalado. Bandeira (1987, p.32), no poema *Versos de Natal*, dá um bom exemplo: “*Espelho, amigo verdadeiro, / Tu refletas as minhas rugas, / os meus olhos míopes e cansados*”. A vírgula, ao isolar o vocativo anteposto, além de dar maior expressividade ao *espelho*, definido como amigo verdadeiro, aquele que nunca esconde a verdade ao poeta, atendeu ao que prescreve a gramática.

Veja-se que, na canção *Meu caro amigo* de Chico Buarque (autor da letra) e Francis Hime, aquele fugiu à norma, conforme: “*Meu caro amigo me perdoe, por favor / Se eu não lhe faço uma visita (...)*”. (ap. Infante, 1991, p. 17). Pelo que se sabe, o autor é um bom escritor e um dos maiores compositores da Música Popular Brasileira, não só pelas idéias que defende, mas também pela habilidade no manejo da língua. A crítica literária sempre reconheceu o seu valor. No entanto, “feriu” a variedade padrão, dispensando a vírgula após o vocativo.

Analisando esse *desvio*, pode-se inferir que o compositor levou em conta diversos fatores: a situação comunicativa, o receptor (de um lado e diretamente: um amigo; do outro e indiretamente: o povo que escutaria a música), o canal de comunicação (sons vocais - a música), o referente (a situação política da época), além de outros. Considerando-se todos esses aspectos, infere-se que o compositor estava certo de que, numa

linguagem informal, própria da comunicação entre amigos, seria desnecessário obedecer rigidamente à gramática. Depois, se era seu desejo que o povo entendesse sua mensagem, precisava usar a linguagem popular. E mais: o uso de uma vírgula implicaria uma outra correção que comprometeria a informalidade: o uso da ênclise no lugar da próclise. A presença da vírgula ensejaria esta construção: “Meu caro amigo, perdoe-me...”, o que minimizaria a afetividade que a supressão do sinal ampliou. Além disso, na música, o ritmo é diferente: não se pode dar pausa em qualquer momento. E acrescenta-se a isto que a expressão “por favor” recebeu maior relevo. Logo, a intenção artística levou em conta a adequação da linguagem à situação. E o *desvio* da norma constituiu um recurso estilístico, não um erro gramatical.

Em se tratando de complemento pleonástico antecipado, a gramática recomenda o uso da vírgula para isolar esse termo, que objetiva destacar uma idéia, conforme exemplo: *Este problema, já o enfrentei outras vezes*. Na ordem lógica - *Já enfrentei esse problema outras vezes*. - desaparece a ênfase dada ao complemento. No estudo de linguagem figurada, a primeira estrutura está incluída entre os tipos de pleonismo, “figura de sintaxe cuja função estilística é reforçar a expressão para conseguir impressionar o interlocutor eficazmente”. (Cherubim, 1989, p.52). É claro que o modelo de sentença não é suficiente para garantir expressividade, como é o caso do primeiro exemplo acima. Mas, Lispector (1987, p.50) conseguiu produzir um bom efeito psicológico com este fragmento - “*A inocência dos meninos, esta a doçura dos brutos compreendia.*” -, imprimindo valor sentimental ao termo antecipado que reforça *esta*, também objeto direto, que a escritora insere logo após a vírgula, como se pretendesse mostrar ao leitor o lugar reservado à “*inocência dos meninos*”: sempre o primeiro.

Para marcar a quebra da seqüência lógica de uma frase, a vírgula também é indicada pela gramática. No estudo da linguagem figurada, esse tipo de construção recebe o nome de anacoluto, conforme: “As crianças, o pai não se preocupa com elas.” Esta figura aparece tanto na linguagem popular, quanto na literária. Seu valor enfático pode ser considerável, mas também pode refletir, em muitos casos, desconhecimento “de princípios elementares de estrutura sintática, ou resultar de distrações que redundam em fragmentos de frases muito comuns no estilo dos principiantes ou incautos.” (Garcia, 1996, p.273).

À Gramática Prescritiva cabe determinar o uso da vírgula nesse tipo de frase, marcando a quebra da ordem lógica; à Estilística, esclarecer se o valor é expressivo, ou se demonstra falta de experiência de quem escreveu. Um exemplo de efeito expressivo e estético encontra-se nestes versos: “*O forte, o covarde / seus feitos inveja*”. (Dias, 1944, p. 43.) Ao deslocar *forte*, Gonçalves Dias conseguiu imprimir não somente força expressiva ao termo, mas também valor moral, em oposição a *covarde*, caracterizado por um sentimento desprezível: *a inveja*.

Para separar termos de igual função sintática, a gramática determina o uso da vírgula, conforme exemplo: *Falta ao pobre dinheiro, moradia, emprego*. Um preceito bastante respeitado, diga-se de passagem. No entanto, Andrade (1984, p.125), em *Macunaíma*, escreveu: “(...) ajuntou os vizinhos, criados a patroa cunhãs datilógrafos estudantes empregados-públicos(...)”. Neste fragmento, Mário de Andrade somente introduziu a vírgula depois do primeiro núcleo do objeto direto, quando poderia tê-la usado entre os demais. Em *Memórias Sentimentais de João Miramar*, Oswald de Andrade também praticou o mesmo *deslize* - “*Cristais jóias couros lavrados marfins caíam*” (1972, p.71-72) - , ausência de vírgula entre os núcleos do sujeito. Os *desvios* utilizados por estes dois escritores, porém, registram um momento da Literatura Brasileira: a década de 20. Estes autores pretendiam inovar a linguagem, conforme o manifesto do Movimento Pau-Brasil, do qual se extraiu este fragmento: “*A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos.*” (Nicola, 1985, p. 195). A ausência da vírgula, nestes casos, retrata um Estilo de Época, motivo pelo qual essas “infrações” devem ser analisadas à luz da Estilística, que também se preocupa com este assunto, não podendo ser consideradas erros gramaticais.

Um outro princípio a ser respeitado é o que rejeita a vírgula entre os termos essenciais, entre verbo e complemento e entre adjunto e o termo que este acompanha, determinando-o, qualificando-o, ou modificando-o. Bandeira (1955, p. 223), todavia, não se ateu a esse preceito, conforme fragmento: “*As três mulheres do sabonete Araxá, me / invocam, (...)*”. Com a inserção da vírgula entre termos essenciais, o poeta ratificou seu compromisso com o Movimento Pau-Brasil, porque valorizou a fala. É comum ao *falante* dar uma pausa entre sujeito e predicado.

A gramática também aconselha o não uso de vírgula para separar termos coordenados que venham ligados pelas conjunções “e”,

“ou” e “nem”. Nestes versos, porém, o poeta violou a norma: “ah, troço de louco, /corações trocando *rosas*, / e *socos*”.(Leminski, 1990, p.46). O uso da vírgula produziu um efeito de surpresa (ou indignação?) e realçou a oposição existente entre rosas e socos, sobretudo por estarem relacionados ao coração. As rosas exprimem amor, carinho, respeito; os socos, o desamor, a agressividade, o desrespeito. Esse espanto se confirma ainda mais com o uso da interjeição “ah” e da expressão “troço de louco”.

Ao contrário do preceito anterior, a vírgula passa a ser obrigatória antes dos conectivos acima, desde que venham repetidos enfaticamente, produzindo o polissíndeto. Bandeira (1987, p.18), em seu poema *Renúncia*, burlou este princípio: “*Só a dor enobrece e é grande e é pura*. A ausência da vírgula desperta no leitor a impressão de que o poeta não quis mostrar continuidade, mas a síntese entre nobreza, grandeza e pureza, visto que se depreende, neste fragmento, que é só na dor que o homem cresce e se purifica, atingindo a nobreza. Mas, no poema *Balõezinhos*, ele obedece à norma: “*Vão chegando as burguesinhas pobres, / E as criadas das burguesinhas ricas, / E as mulheres do povo, e as lavadeiras da redondeza*”.(p. 37). Neste caso, pode-se pensar que a presença da vírgula evoca a imagem dos grupos chegando, cada qual no seu momento para ocupar seu espaço no tempo e na classe social, sem se misturar.

Pelo exposto, infere-se que os escritores e poetas, ao fazerem suas escolhas em relação ao uso da vírgula, procuram adequar esse recurso aos objetivos pretendidos e, conforme as circunstâncias, ora seguem a norma, ora se desviam dela. Assim sendo, é importante concordar com Monteiro (1987, p.21), quando ele afirma que “o escritor deve permanentemente estar imbuído desse esforço de recriação em todos os níveis, mas às vezes ele alcança a mais alta expressividade sem ferir as regras do código”.

É possível que, em vista de tudo o que foi apresentado, o professor de língua portuguesa do ensino médio se sinta motivado a refletir sobre a importância da sintaxe não só como referencial teórico indispensável à compreensão das regras do uso da vírgula e da pontuação em geral, mas também para a aquisição de outros conhecimentos que subjazem uma boa produção escrita.

Os usos da vírgula sob a égide da Gramática Prescritiva e interpretados à luz da Estilística são relevantes para se entender que nem todo “*desvio da norma*” constitui erro gramatical. Além disso, é válido

admitir que as imposições gramaticais têm o seu valor, sobretudo para os textos científicos, didáticos, jurídicos e jornalísticos. Na linguagem literária, porém, há uma certa flexibilidade das regras, mormente porque os aspectos expressivos e estéticos se sobrepõem ao intelectual.

Destarte, sabendo tirar proveito da Gramática Prescritiva - que orienta o *escrever certo* - e da Estilística - que orienta o *escrever bem* -, o professor poderá contribuir muito para um melhor desempenho lingüístico de seus alunos. Do contrário, deparando-se com os “deslizes” dos poetas e escritores, os aprendizes poderão entrar em conflito com o que lhes é imposto e com o que lêem. Ou, na melhor das hipóteses, acharão inútil memorizar regras que nem mesmo os grandes escritores e poetas respeitam.

O assunto aqui tratado, bastante limitado por sinal, está longe de dar conta de tudo aquilo que a sintaxe e a pontuação ensejam, principalmente quando orientadas pela Gramática Prescritiva e pela Estilística. Nada impede, porém, que os interessados no assunto se debrucem sobre o inexplorado e tragam novas contribuições ao estudo da linguagem, privilegiando o seu caráter dialético.

FERREIRA, Angela Maria Liberalquino. *Syntax and Punctuation: Grammar or Style?* INSTRUMENTO CRÍTICO. Vilhena, 2: 119-134, 1999.

ABSTRACT: The study of Syntax associated with the study of the punctuation seems to be one of the approaches for the development of writing skills, as well to understand some differences between writing correctly and good writing. Considering that Prescriptive Grammar guides the formal speech and the School respects its rules, applying them to the writing, one will try, on this article, to consider the language not only as a means of communication or culture dissemination, but also as a way of expressing the writer's feeling and goals. Therefore, Syntax and punctuation are the subjects to be dealt with, through an analysis of the rules regarding the use of comma in an affirmative sentence based on the Prescriptive Grammar and the Stylistics, as a starting point for more profound discussions which emphasize the dialectic character of the language.

KEY-WORDS: Syntax; punctuation; grammar; style.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.
 ANDRADE, Oswald de. *Memórias Sentimentais de João Miramar*. 4ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
 ANDRADE, Carlos Drummond de. *Impurezas do branco*, 2 ed., 1973.
 ANDRÉ, Hildebrando A. de. *Gramática Ilustrada*. São Paulo: Moderna: 1991.

- BANDEIRA, Manoel. *Poesias*, 1955.
 _____. *Estrela da manhã e outros poemas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.
 DIAS, Gonçalves. *Obras Poéticas de Antônio Gonçalves Dias*. São Paulo: Nacional, 1944, II.
 LEMINSKI, P.. *Distraídos venceremos*. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
 LISPECTOR, C. *Para não esquecer*. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.
 QUINTANA, Mário. *Antologia Poética de Mário Quintana*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1962.

Bibliografia

- BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos Estudos Lingüísticos*. 11 ed., Campinas: Pontes, 1991.
 CADORE, Luís A. *Curso Prático de Português*. São Paulo: Ática, 1998.
 CAMARA JR., J. Mattoso. *Contribuição à Estilística Portuguesa*. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico: 1977.
 CHERUBIM, Sebastião. *Dicionário de figuras de linguagem*. São Paulo: Pioneira, 1989 (Manuais de estudo).
 GARCIA, Othon M. Garcia. *Comunicação em Prosa Moderna*. 17. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
 GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. 3 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.
 INFANTE, Ulisses. *Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação*. São Paulo: Scipione, 1991.
 LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. 3ª. ed., São Paulo: Martins Fontes: 1991.
 MONTEIRO, José Lemos. *Fundamentos da Estilística*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1987.
 NICOLA, José de. *Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Scipione, 1985.
 PRETI, Dino. *Sociolingüística: os níveis da fala*. São Paulo, EDUSP, 1994.
 SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. de A. Chelini, J.P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, EDUSP. (CLG)
 STAUB, Augustinus, CLEMENTE, Elvo, BECHARA, Evanildo *et al.* *Lingüística Aplicada ao Ensino de Português*. Porto Alegre: Mercado Aberto (Série Novas Perspectivas), 1987.
 VILANOVA, José Brasileiro. *Aspectos Estilísticos da Língua Portuguesa*. Recife: Ed. Universitária, 1979.